

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Mirandela**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 72.370.658 euros e um total de Fundos Próprios de 23.834.831 euros, incluindo um resultado líquido de 1.543.379 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 21.928.408 euros de despesas paga e um total de 22.544.092 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Direct tel +351 226 199 430 | Mobile +351 961 696 546
Direct fax +351 226 198 439 | Email geral@pkf.pt | www.pkf.pt
Praça Duque de Saldanha - n.º 1, 4º Piso, H e O | 1050 – 094 | Lisboa | Portugal

Contribuinte n.º 504 046 683
Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 9005

A PKF & Associados – SROC, Lda. é membro da PKF International, uma rede de entidades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. No decurso da intervenção por nós realizada, identificámos as seguintes limitações ao âmbito do nosso trabalho, as quais entendemos reportar:
 - i) O processo de inventariação dos bens imoveis do Município não constitui uma garantia da sua plenitude, uma vez que este processo não contemplou a sua confrontação com outras fontes de informação, nomeadamente, com os dados da Conservatória do Registo Predial. Deste modo, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a integralidade do valor das rubricas de “Bens de domínio público” e “Imobilizações corpóreas” evidenciadas no Balanço, as quais em 31 de Dezembro de 2014 totalizam 64.285.397 euros e, consequentemente, sobre o montante de 1.177.798 euros respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do exercício” que consta da Demonstração dos resultados.
 - ii) A análise à rubrica de “Investimentos Financeiros” foi efectuada com base em informação prestada pelo próprio Município, não tendo sido possível obter adequada documentação que comprove inequivocamente a titularidade das participações municipais que constam do Balanço, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2014 ascende a 3.782.403 euros. Adicionalmente, de acordo com o que pudemos apurar, as referidas participações encontram-se relevadas pelo seu custo de aquisição (valor histórico). Por não se encontrarem disponíveis as demonstrações financeiras das empresas participadas, não nos foi possível quantificar o impacto da não adopção do Método da Equivalência Patrimonial nas contas do Município com referência a 31 de Dezembro de 2014.
 - iii) A rubrica de “Proveitos diferidos” é composta essencialmente pelos valores relativos a subsídios ao investimento destinados à aquisição de imobilizado. Por insuficiência de informação relativamente aos bens comparticipados, não nos foi possível validar a conformidade dos proveitos imputados pela Câmara ao exercício de 2014, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

- iv) Na data de emissão do presente relatório, por não nos ter sido possível proceder à confirmação externa de saldos e à realização de adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação, não podemos concluir sobre a razoabilidade dos montantes de 6.060.518 euros e 693.761 euros, registados nas rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de Imobilizado”, respectivamente.
8. No decurso do trabalho efectuado, identificámos responsabilidades que não se encontram evidenciadas no Balanço do Município a 31 de Dezembro de 2014, relacionadas com transferências extraordinárias deliberadas pelo Executivo para instituições particulares. Deste modo considerámos que o Passivo se apresenta subavaliado em cerca de 1.507.919 euros, por contrapartida da sobreavaliação da rubrica de “Fundos Próprios” em igual montante.

Opinião


9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo n.º 7 e quanto ao impacto da situação mencionada no parágrafo n.º 8, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Mirandela** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa às despesas pagas e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

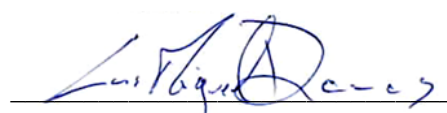
Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Abril de 2015

PKF & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700)


Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326)